

Atividades com Comunicação & Educação Ano XIV – n. 3

Ruth Ribas Itacarambi

Doutora pela Faculdade de Educação da USP. Educadora e pesquisadora do Centro de Aperfeiçoamento do Ensino da Matemática (Caem) do IME-USP. Professora da Faculdade Osvaldo Cruz (FOC). Membro da Equipe SiteEducativa.

E-mail: ruthri@uol.com.br

Resumo: As atividades nesta edição estão organizadas em três temas: a inclusão política, em particular dos jovens, na busca de sua identidade nacional; a crença numa possibilidade de exclusão digital e, por fim, a inclusão cultural e a cultura popular. O primeiro tema está relacionado à contribuição do cinema como um meio para registrar a memória da ditadura brasileira. O segundo tema trata da questão da inclusão digital a partir da análise da migração da televisão analógica para a digital. O terceiro traz a discussão sempre presente entre a cultura popular, a cultura erudita e a cultura de massa na perspectiva do circo-teatro.

Palavras-chave: identidade, política, memória, TV digital, cultura.

Abstract: The activities proposed in this issue are organized around three themes: political inclusion, specially of young people in search of their national identity; the belief in a possible digital exclusion; and, eventually, the cultural inclusion and popular culture. The first theme relates to the contribution of cinema as a way to register the memory of the Brazilian military dictatorship. The second theme deals with the issue of digital inclusion through the analysis of the migration from analogue television to the digital one. The third one brings the always present discussion between popular culture, high culture and mass culture from the perspective of the circus theater.

Keywords: identity, politics, memory, digital TV, culture.

“Para que não se esqueça para que nunca mais aconteça”¹.

Os artigos desta edição nos levam a refletir sobre a exclusão social em diferentes momentos da história brasileira. Abordaremos aqui a exclusão política e a digital. Embora a exclusão social de nosso povo esteja presente em outros segmentos sociais e econômicos.

A exclusão política teve seu ponto máximo durante a ditadura militar e só começou a ter fim há trinta anos, com a promulgação da Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. Ela concedia anistia aos exilados, presos, cassados, banidos e destituídos dos seus empregos pelo Regime Militar. No mesmo ano foi aprovada a reforma política, restabelecendo o pluripartidarismo. Ainda que esse sistema

1. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/campanha/memorias-reveladas/>>.

de representação política tenha muitos defeitos e inúmeros casos de corrupção, divulgados diariamente, tem a seu favor o fato de ser democrático, em que os meios de comunicação têm acesso irrestrito às informações e são livres para fazer críticas apoiadas em fatos.

O artigo de Berger e Chaves, *A contribuição do cinema para a memória da ditadura brasileira*, faz um recorte da vida política brasileira, de 1964 a 1980, analisando a amostra de 34 filmes produzidos no Brasil que mencionam a ditadura e que possibilitam resgatar a memória oficial e as memórias subterrâneas dessa época. É lembrado pelas autoras que tal período ficou na memória subterrânea e clandestina por um bom tempo no Brasil, uma vez que toda memória traumática é indizível, e isso é mais bem compreendido por quem viveu os fatos. Depois, muito depois é que começa a ser *cochichada* entre amigos, para então aparecer fora da história oficial.

O artigo ressalta o significado do resgate político da memória, a proposta de não deixar esquecer e lembrar para não voltar a acontecer. Tem como paradigma-fundador Auschwitz. Vários países da América Latina conheceram e outros ainda estão passando por experiências de ditadura militar. Os que viveram esses horrores estão produzindo suas memórias traumáticas nacionais: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, e os excluídos da vida política começam a fazer parte da história.

Por outro lado, o artigo de Mungioli, *A função social da minissérie Grande Sertão: Veredas na construção de um sentido identitário de nação*, aborda um dos aspectos tratados na tese da autora e analisa o caráter missionário da minissérie, que lhe foi atribuído por meio de discursos de diretores, produtores e pela imprensa especializada em televisão. Veiculada em 1985, coincide com a convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, ou seja, momento propício para questionamentos em torno de temas e problemas nacionais e para o começo da inclusão política. Como relatado pela autora, pretendia mostrar *o Brasil aos brasileiros*, nas palavras de Dias Gomes.

Hoje outra exclusão tem sido objeto de intensa discussão: a digital. Alguns mais radicais consideram que o homem está condenado à exclusão digital, como o professor Eugênio Trivinho, do Programa de Estudos Pós-graduados em Comunicação e Semiótica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em entrevista para a revista *Isto é*². A afirmação parece um paradoxo diante dos avanços tecnológicos da nossa época. No entanto, revela a lógica que se estabeleceu no mundo atual, a da velocidade. Não basta apenas ter acesso ao computador e saber informática. É preciso acompanhar as atualizações tecnológicas impostas pela indústria de informática para garantir sua presença no ciberespaço.

Nesta perspectiva, o artigo de Vantine e Ribeiro: *TV Vanguarda e os desafios da migração do analógico ao digital*, analisa a cultura digital e a geração de telespectadores do século XXI, que querem cada vez mais interagir. O artigo informa que a TV digital promete qualidade de imagem de cinema e modificação da relação entre o telespectador e a TV, por meio de uma nova linguagem de comunicação, em que o sujeito passa a ter um papel ativo. Já o artigo de Lahni e

2. SAITO, Ana Carolina. A inclusão digital é uma utopia. *Isto é*, São Paulo, n. 2081, 30 set. 2009. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2081/artigo152719-1.htm>>. Acesso em: 10 out. 2009.

Coelho para a seção Experiência, *A comunicação a serviço da cidadania e identidade de adolescentes*, abordando o tema educomunicação, pretende demonstrar a importância da comunicação para o exercício da cidadania dos jovens, principalmente daqueles das classes populares. Em *Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica*, Maria Aparecida Baccega conceitua o campo comunicação/educação, apresentando-o como lócus na formação dos sentidos sociais.

A cultura digital tem como contraponto a cultura popular no artigo de Sousa, *Piolin e Arrelia, entre o popular, o erudito e o massivo*, ao considerar que estudar o fenômeno comunicacional do século XX é acercar-se de três conceitos de cultura: a cultura erudita, que se contrapõe à cultura popular e à cultura de massa. O autor aponta que os meios de comunicação massivos constroem discursos não só compreensíveis pela massa, mas capazes de agregá-la socialmente a partir de um claro processo de hegemonia.

As atividades nesta edição estão organizadas em três temas: a inclusão política, em particular, dos jovens, na busca de sua identidade nacional; a crença numa possibilidade de exclusão digital e, por fim, a inclusão cultural e a cultura popular.

O primeiro tema está relacionado à contribuição do cinema como um meio para registrar a memória da ditadura brasileira, com a seguinte questão: *lembrar para esclarecer* ou *lembrar para esquecer*. O segundo tema trata da questão da inclusão digital a partir da análise da migração da televisão analógica para a digital. O terceiro traz a discussão sempre presente entre a cultura popular, cultura erudita e a cultura de massa na perspectiva do circo-teatro.

PRIMEIRA ATIVIDADE

Lembrar para não esquecer

A atividade objetiva refletir sobre um momento traumático da nossa história, bem como sobre a produção da memória da ditadura no Brasil, inscrita no movimento internacional de retomada dos traumas nacionais, com a contribuição de relatos das testemunhas da época. Esta reflexão começa com o artigo de Berger e Chaves, *A contribuição do cinema para a memória da ditadura brasileira*, que faz um recorte da vida política do País, de 1964 a 1980.

A atividade visa desenvolver conteúdos que tratem da questão da inclusão política, como *cidadania e relações de poder, tendo como meio as imagens do cinema*. Esta atividade pode ser trabalhada nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e nos diferentes anos dos cursos de graduação das áreas de Comunicação, Pedagogia e História.

Está organizada na seguinte sequência didática:

1) Levantamento do conhecimento que os educandos têm sobre a ditadura militar de 1964 no Brasil. Pode ser realizado a partir de uma conversa com o grupo-classe, apoiada no material didático do aluno e em informações da mídia impressa.

2) Após essa conversa inicial, sugerimos que o professor indique o *site* do Arquivo do Estado de São Paulo (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao/golpe.html>) para consulta. Trata-se de um arquivo público lançado em agosto de 2009, para marcar os trinta anos da Lei da Anistia. Oferece uma exposição virtual sobre a luta pela anistia no Brasil. O *site* apresenta um histórico do golpe militar que resultou na ditadura, além de várias atividades para serem desenvolvidas em sala de aula. Indicamos a *Atividade 1*, que traz três charges do jornal *Movimento*, de 1979, e propõe questões para serem discutidas pelos alunos (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao/ATIVIDADES/atividade1.pdf>).

3) Completando esta atividade, os alunos poderão ler a introdução do artigo de Berger e Chaves, já citado, e analisar a forma apresentada pelos autores sobre o tratamento dado pelos jornais ao período de 1964 até 1979, e depois em 1994, no processo de democratização.

4) Com a leitura do texto, os alunos serão convidados a assistir a dois dos filmes apontados no texto: *O que é isso companheiro?* e *Zuzu Angel*. O roteiro de leitura do primeiro filme *poderá ser* apoiado na proposta da *atividade três* do *site* do arquivo do Estado (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao/ATIVIDADES/atividade3.pdf>).

Os alunos devem responder às questões apresentadas no *site* ou o professor pode elaborar um outro roteiro de leitura

5) Fazer a síntese em sala de aula, retomando a introdução do artigo e ressaltando a seguinte afirmação das autoras: *a cultura midiática, atenta aos movimentos da sociedade, vislumbra o interesse pela memória e investe na produção desta como produto de consumo*. A pergunta a ser realizada é: *Quais as possibilidades de a cultura midiática iluminar e esclarecer os acontecimentos do passado?*

6) Para completar esta reflexão, sugerimos ao professor promover a exibição do filme *Zuzu Angel*, de Sérgio Rezende, que coloca em dúvida as versões oficiais das mortes do estudante e de sua mãe. É importante lembrar que, em qualquer contexto, é impossível encontrar uma visão e uma interpretação únicas do passado, compartilhadas por toda a sociedade; porém, ao tratar de torturas, repressão e censura, o que se busca é outra possibilidade de fazer política, ou seja, a inclusão política construindo uma nacionalidade e também a justiça.

Na perspectiva da inclusão política dos jovens, o artigo da seção *Experiência*, de Lahni e Coelho, *A comunicação a serviço da cidadania e identidade de adolescentes*, apresenta algumas iniciativas como contribuição para exercício da cidadania dos jovens, principalmente das classes populares.

1) O professor pode sugerir a leitura do artigo e consulta aos projetos:

a) *Educom.rádio*, do Núcleo de Comunicação e Educação – NCE, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (<http://www.usp.br/nce/>).

b) *UFJF: Território de Oportunidades*, da Universidade Federal de Juiz de Fora (<http://www.polosij.ufjf.br/projeto.htm>).

2) Propor que os alunos façam a relação das principais ações apresentadas aos jovens nesses projetos.

3) Analisar as ações e verificar a possibilidade de participação em projetos semelhantes em sua cidade.

Como subsídio para o professor, no desenvolvimento da atividade, sugerimos a leitura do artigo de Baccega, *Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica*, que analisa as agências tradicionais de socialização: escola e família, confrontando-as com os meios de comunicação.

SEGUNDA ATIVIDADE

Estamos condenados à exclusão digital?

Considerar o papel social da televisão é o objetivo desta atividade. “A TV, mídia que pelo acesso chega a toda população e é compreendida por iletrados e vista por analfabetos”, afirma Durst³ em citação do artigo de Mungióli. Entretanto, a TV está mudando do analógico para o digital. Nesse novo sistema informatizado, a comunicação passa por transformações. Como será o acesso da população a essa televisão? Estará a gente simples condenada à exclusão digital também na TV?

Dois artigos são propostos para o desenvolvimento da atividade: o de Mungióli, *A função social da minissérie Grande Sertão: Veredas na construção de um sentido identitário de nação*, mostra como o discurso assumido à época foi o de uma missão educativa por considerar que atrações como essa proporcionam à maioria dos brasileiros o acesso à literatura e à pretensa cultura erudita; e o de Vantine e Ribeiro, *TV Vanguarda e os desafios da migração do analógico ao digital*, analisa a cultura digital e a geração de telespectadores do século XXI, cada vez mais dispostos a interagir. A atividade é indicada para os alunos do Ensino Médio e da graduação nas áreas de humanas. Está organizada na seguinte sequência didática:

1) Propor que os alunos, em grupo, façam a leitura do artigo de Vantine e Ribeiro, ressaltando os seguintes itens:

- o que são mídias analógicas e mídias digitais?
- a mídia digital provoca que mudanças de linguagem, de comportamento e de relacionamento entre os usuários?
- o que caracteriza a sociedade em rede?
- como será a inclusão de todos os telespectadores?

2) Fazer a síntese da leitura em sala de aula, registrando as considerações dos alunos.

3) Analisar a pesquisa apresentada no artigo e reescrevê-la para ser aplicada na escola, tendo como referência a TV digital, ou seja: que novidades você quer ver na TV digital?

4) Organizar os resultados e escrever uma reportagem sobre o assunto para ser publicada no *site*, ou jornal ou mural da escola.

5) Propor a criação de um fórum, se a escola tiver *site*, ou *blog*, ou *twitter*, sobre o assunto, tendo como referência as seguintes questões: *qual é a ligação entre TV e internet? Quem terá acesso à TV digital? Como é a inclusão digital hoje?*

3. DURST, W. G. Especialização da TV/Espacialização do sentido. In: PACHECO, Elza Dias (Org.). *Televisão, criança, imaginário e educação*. Campinas/SP: Papyrus, 1998. p. 122-123.

Diante desta sociedade em rede, regida e administrada pela internet, em que os telespectadores têm a interatividade, solicitar que os alunos façam a leitura do artigo de Mungiolli: *A função social da minissérie Grande Sertão: Veredas na construção de um sentido identitário de nação*, promovendo a discussão do papel social da televisão e a construção de um sentido de nacionalidade por meio de discursos e imagens visuais e televisuais, que é o objeto de análise do artigo.

TERCEIRA ATIVIDADE

Nunca é demais falar da cultura

A atividade objetiva analisar a hibridização cultural a partir do circo-teatro, presente na cidade de São Paulo, no século XX, constituindo espetáculo popular com elementos da cultura erudita e da cultura de massa. Nesta direção, o artigo de Sousa, *Piolin e Arrelia, entre o popular, o erudito e o massivo*, mostra que estudar o fenômeno comunicacional do século XX é acercar-se de três conceitos de cultura: a cultura erudita, que se contrapõe à cultura popular e à cultura de massa.

A atividade é dirigida aos estudantes de graduação dos cursos de Comunicação e Letras e está organizada na seguinte sequência didática:

1) Fazer um levantamento, no grupo-classe, de quem já foi ao circo ou tenha assistido a espetáculos circenses pela TV, ou tenha alguma informação de como são organizados e quais as suas lembranças do circo.

2) Leitura do artigo de Sousa, ressaltando os seguintes itens:

- circularidade cultural – cultura popular, erudita e de massa;
- linguagem dramática circense.

3) Fazer a síntese das principais considerações e um painel enfatizando o significado de: cultura popular, cultura erudita e cultura de massa.

4) Retomar o artigo e consultar os sites <<http://www.pindoramacircus.arq.br/circus/criticas/piolin.htm>> e <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/325/entrevistados/arrelia_1993.htm>; depois, responder às questões:

- Piolin: palhaço popular ou erudito?
- Arrelia: palhaço popular ou massivo?

Como fechamento da atividade, propomos ao professor retomar o estudo do Movimento Modernista em São Paulo, suas principais características e ideias, relacionando-as com os espetáculos circenses, conforme apontado no artigo de Sousa, quando cita Cândido Motta Filho:

Essa descoberta foi sensacional, mormente porque se tornou o instrumento mais vivo, mais expressivo de nosso protesto. A arte, para o gosto requintado, para um público seletivo, era artificial e decadente. O circo era a arte voltando à sua essência, como tudo que tinha sucesso popular, como Carlito, Mutt e Jeff ou Chicharrão⁴.

4. MOTTA FILHO, Cândido. Piolin e o Circo de Cavalinhos. In: FONSECA, Maria Augusta. *Oswald de Andrade: biografia*. São Paulo: Editora Globo, 2007. p. 199.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURST, W. G. Especialização da TV/Espacialização do sentido. In: PACHECO, Elza Dias (Org.). **Televisão, criança, imaginário e educação**. Campinas/SP: Papyrus, 1998. p. 122-123.

MOTTA FILHO, Cândido. Piolin e o Circo de Cavalinhos. In: FONSECA, Maria Augusta. **Oswald de Andrade: biografia**. São Paulo: Editora Globo, 2007. p. 199.

Endereços eletrônicos

SAITO, Ana Carolina. A inclusão digital é uma utopia. **Isto é**, São Paulo, n. 2081, 30 set. 2009. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/2081/artigo152719-1.htm>>. Acesso em: 10 out. 2009.

Arquivo do Estado de São Paulo

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao/golpe.html>>

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao/ATIVIDADES/atividade1.pdf>>

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/exposicao/ATIVIDADES/atividade3.pdf>>



Informações e critérios para publicação na REVISTA COMUNICAÇÃO & EDUCAÇÃO

- A publicação é quadrimestral: setembro/dezembro; janeiro/abril; maio/agosto.
- Os artigos têm fluxo contínuo, podendo, portanto, ser recebidos a qualquer momento. A resposta é enviada logo após a apreciação do Conselho Editorial.
- A revista não é temática. A pauta é feita de acordo com o número de colaborações recebidas. Havendo necessidade de pautar um tema específico, solicita-se a colaboração de um especialista.
- Os artigos devem ser originais.
- Os títulos devem ser curtos, e a intertítulo é necessária.
- Os textos apresentados em congressos, simpósios e seminários são aceitos, com a condição de estarem estruturados em forma de artigos, serem inéditos e estarem de acordo com as normas de publicação.
- Os artigos devem ser encaminhados com a indicação da seção da revista para a qual são mais adequados. Para os artigos internacionais, os textos podem estar escritos em inglês, espanhol, italiano ou francês (todos serão traduzidos para o português).
- Cada artigo deverá ter no máximo 20 mil e no mínimo 14 mil caracteres, com espaço, e apresentar as referências bibliográficas completas apenas e exclusivamente nas notas de rodapé, listando ao final somente a referência bibliográfica. Quaisquer outros comentários devem estar incorporados ao texto. Os títulos de obras estrangeiras devem vir acompanhados da tradução em português, colocada entre parênteses.
- Os artigos devem trazer resumo e abstract (inseridos no início do texto) com no máximo 10 linhas e 5 palavras-chave, em português e inglês, e no caso de artigo em língua estrangeira, na língua original e em português. Devem ser digitados em times new roman, corpo 12, entrelinhas com espaço 1,5 e seguir as normas da ABNT (no caso de texto em língua estrangeira, as referências devem estar completas para que sejam reestruturadas pelo editor de acordo com a ABNT).
- Os artigos preferencialmente devem estar impressos e ser enviados pelo correio, acompanhados de arquivos eletrônicos em CD-ROM. Devem trazer as seguintes informações: título do artigo e nome do autor, além de seus dados pessoais (incluindo e-mail).
- Os trabalhos serão examinados através do sistema blind review, em que os autores não são identificados pelo conselho editorial em nenhuma fase da apreciação. Para tanto, em folha à parte, o(s) autor(es) deverá(ão) apresentar as seguintes informações:
 - a) título do trabalho;
 - b) nome completo;
 - c) titulação acadêmica máxima;
 - d) instituição onde trabalha(m) e a atividade que exerce(m);
 - e) endereço completo para correspondência;
 - f) telefone e e-mail para contato;
 - g) apontar (caso necessário) a origem do trabalho, a vinculação a outros projetos, a obtenção de auxílio para a realização do projeto e quaisquer outros dados relativos à produção do material.

Ilustrações

- As fotografias devem ser nítidas, no tamanho máximo de 9 x 14 cm, e apresentadas em formato digital padrão JPEG em 300 dpi, ou em papel brilhante, em preto e branco.
- As figuras devem ser apresentadas no tamanho máximo de 20 x 30 cm, em formato digital padrão JPEG em 300 dpi, ou em papel, em preto e branco.
- Quadros e tabelas devem ser acompanhados de título que permita compreender o significado dos dados reunidos. Assinalar, no texto, pela ordem, o local de inclusão.
- Para reimpressão de fotografias, figuras, quadros e tabelas extraídos de outros textos, deve ser indicada a fonte de referência e anexada a autorização da fonte e do autor.
- Todas as imagens devem vir acompanhadas de legenda e em arquivos separados do texto.

Endereço: Revista **Comunicação & Educação** – CCA-ECA-USP
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, sala 12, térreo.
CEP 05508-900 – Cidade Universitária – São Paulo/SP
Fone/fax: (+5511) 3091-4063

e-mail: comueduc@edu.usp.br | site: www.eca.usp.br/comueduc